

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

: 20210123  
Fis: 002**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: 16eb8c08-e4c9-4cc8-bfce-3a07cc946c3f

Protocolo: Processo Requerimento N° 022210/2023

Data: 21/08/2023 13:45:29

Origem: O. MAROTI IND. COM. E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Contato: O. MAROTI IND. COM. E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Protocolador: YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA

Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS

Detalhamento: RECURSO

**HISTÓRICO DAS ATIVIDADES**

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

N°	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA 21/08/2023 13:45:46	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

Gerado por: borheryuri@gmail.com

Página 1 de 1

21/08/2023 13:46



O. MAROTI INDÚSTRIA COMÉRCIO E  
DISTRIBUIÇÃO  
DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 11.572.577/0001-94 – I.E: 78989220

## RECURSO :

Ilmo. Senhor Pregoeiro  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7584/2023

A empresa O. MAROTI INDÚSTRIA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 11.572.577/0001-94 e seu representante legal, ambos já qualificados nos autos, vêm apresentar razões de recurso conforme demonstrado abaixo.  
DA TEMPESTIVIDADE

A previsão legal encontra-se amparado no inciso XVIII do Art. 4º da lei federal 10.520/93, no Art. 44 do Decreto Federal 10.024/2019 e disposto no item 21 do edital.

## DAS RAZÕES

No dia 15/08/2023 ocorreu em sessão pública o pregão na forma eletrônica nº 122/2023, onde a empresa 44.558.285/0001-56 MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO foi declarada habilitada no certame.

Conforme demonstrado na intenção de recurso, esta recorrente solicita a inabilitação da empresa 44.558.285/0001-56 MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, por descumprir regra contida no Edital

## Descumprido do item 13. Do Edital - HABILITAÇÃO JURÍDICA

Passamos expor de forma mais detalhada.

A Empresa supra citada anexou documentação se declarando como MEI através do CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MIROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (ANEXADO AOS DOCUMENTOS NA FASE DE HABILITAÇÃO) e também TERMO DE CIÊNCIA DE RESPONSABILIDADE COM EFEITO DE DISPENSA DE ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO que é exclusivo para empresas na condição de MEI.

Porém a empresa através de outros documentos anexados como o CARTÃO DE CNPJ, e DECLARAÇÃO DE ME/EPP, informa sim que é MICRO EMPRESA/ EMPRESA DE PEQUENO PORTE deixando de usufruir das prerrogativas atribuídas a um MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL ou MEI.

Inclusive para efeito de Tributação o MEI não pode ultrapassar o limite de faturamento de 81.000,00 (OITENTA E UM MIL REAIS) POR ANO, fixado em lei.

Assim sendo, ora a empresa apresenta documentos se dizendo MEI e ora apresenta documentos como ME/EPP.

No caso de MEI a mesma estaria até isenta de apresentar o documento referente a dispensa de VIGILÂNCIA SANITÁRIA porém como a mesma apresenta documentos se dizendo ME/EPP e manipula produtos de consumo humano como é o caso de pão, não teria como não seguir preceitos básicos de higiene que são cobrados a rigor por parte dos órgãos de vigilância sanitária para as empresas nessa condição.

Ressaltamos ainda que a documentação de licença sanitária apresentada está em nome de JUNIOR BRUNHOL DE ARAUJO para o veículo KYD 8392 que não tem nada haver com o que a legislação exige, ou seja, a documentação teria de ser em nome da empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO.

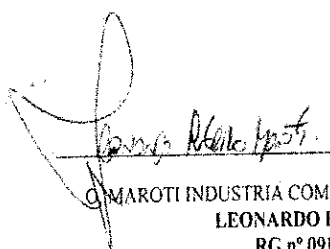
Dessa forma, ao se comprovar que a empresa é MEI a mesma deveria apresentar o cartão de CNPJ como MEI e não apresentar declaração de ME/EPP.

Da mesma forma teria de se comprovar que não faturou o montante de 81.000,00 no exercício anterior.

DIANTE DO EXPOSTO, e considerando que a Administração saberá como proceder de forma a observar o fiel cumprimento da legislação em vigor e a previsão do edital, esta Recorrente requer a revisão do julgamento do Pregão Eletrônico 122/2023, com a INABILITAÇÃO da empresa 44.558.285/0001-56 MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, uma vez que a documentação apresentada encontra-se irregular e em desacordo com os requisitos previstos no Edital.

Respeitosamente

O.MAROTI INDÚSTRIA COM E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA  
CNPJ – 11.572.577/0001-94



O.MAROTI INDÚSTRIA COM E DISTRIB DE ALIMENTOS LTDA  
LEONARDO RIBEIRO MAROTI  
RG nº 091540229 IFPRJ  
CPF nº 043.876.577-55  
Sócio proprietário





**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**  
**O MAROTI INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA**

**OCTACILIO MAROTI**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, nascido em 15/01/1944, filho de José Maroti e Rosa Marini Maroti, residente e domiciliado na cidade de Nova Friburgo/RJ, na Rua Paula Castro, nº 05 – bairro: Centro, CEP: 28.625-070, portador da carteira de identidade nº 900.260 expedida pelo IPF/RJ e carteira nacional de habilitação nº 00501913960 expedida pelo Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 278.803.897-68; e,

**LEONARDO RIBEIRO MAROTI**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, natural Nova Friburgo/RJ, nascido em 29/01/1975, filho de Octacílio Maroti e Maria de Lourdes Ribeiro Maroti, residente e domiciliado na cidade de Nova Friburgo/RJ, na Rua Barão de Lucena, nº 104, bairro: Cônego, CEP: 28.621-020, portador da carteira nacional de habilitação nº 00272882825 expedida pelo Detran/RJ e do CPF nº 043.876.557-55, únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de **O MAROTI INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA**, com sede na cidade de Nova Friburgo - RJ, Avenida Antônio Mário de Azevedo, nº 1520 - Galpão:1, bairro: Córrego Dantas - cidade de Nova Friburgo/RJ - CEP: 28.630-310, devidamente registrada e arquivada na **JUCERJA - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** sob o nº 33.2.0998932-4 em 22/06/2015 e inscrita no CNPJ sob o nº 11.572.577/0001-94, resolvem de comum acordo, alterar o seu contrato social, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**I – OBJETO SOCIAL:**

A sociedade resolver alterar seu objeto social para exploração de:

- 10.96-1-00 - Fabricação de alimentos e pratos prontos
- 46.37-1-04 - Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares
- 46.37-1-05 - Comércio atacadista de massas alimentícias

**II** – Em consequência das alterações ocorridas, os sócios resolvem consolidar o seu contrato social, passando portanto a sociedade a reger-se pelas cláusulas e condições a seguir redigidas, ficando revogadas todas as cláusulas anteriores:

**CONTRATO SOCIAL**

**CLÁUSULA 1ª - DA DENOMINAÇÃO E FORO:** A sociedade tem sede e foro na cidade de Nova Friburgo – RJ, na Avenida Antônio Mário de Azevedo, nº 1520 - Galpão:1, bairro: Córrego Dantas - CEP: 28.630-310, para qualquer ação fundada no presente, gira sob a denominação de **O MAROTI INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA.**

*[Assinaturas manuais]*

22210/23  
B. Fls. 08

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**  
**O. MAROTI INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA**

**CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO SOCIAL:** A sociedade tem por objeto social a exploração de:

- 10.96-1-00 - Fabricação de alimentos e pratos prontos
- 46.37-1-04 - Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares
- 46.37-1-05 - Comércio atacadista de massas alimentícias

**CLÁUSULA 3ª - DO CAPITAL SOCIAL:** O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) divididos em 200.000 (duzentos mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país e dividido da seguinte forma:

NOMES	QUOTAS	VALOR R\$
Octacilio Maroti	100.000	R\$ 100.000,00
Leonardo Ribeiro Maroti	100.000	R\$ 100.000,00
Total .....	200.000	R\$ 200.000,00

**CLÁUSULA 4ª - DA RESPONSABILIDADE:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos exatos termos do artigo 1052 da Lei 10.406/2002.

**CLÁUSULA 5ª - DA DURAÇÃO** - A sociedade iniciou suas atividades tão logo esteve devidamente regularizada em todos os federais, estaduais, municipais e autárquicos e seu tempo de duração é indeterminado.

**CLÁUSULA 6ª - DA INDIVISIBILIDADE E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS:** As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**CLÁUSULA 7ª - DA ADMINISTRAÇÃO:** A administração da sociedade bem como o uso da firma cabe aos sócios **OCTACILIO MAROTI** e **LEONARDO RIBEIRO MAROTI**, com amplos poderes de decisão, sendo vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens móveis e imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. Nas operações comerciais e financeiras, no uso de direito e obedecendo ao que determina o presente instrumento os sócios administradores assinam sempre individualmente.

2

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**  
**O. MAROTI INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA**

**CLÁUSULA 8ª - DA RETIRADA PRÓ-LABORE:** Os sócios **OCTACILIO MAROTI** e **LEONARDO RIBEIRO MAROTI** percebem mensalmente, a título de "pró-labore", importância combinada entre a sociedade e em caso de divergência o limite de isenção previsto na Tabela Única de Imposto de Renda na Fonte e os sócios terão mensalmente lucros efetivamente pagos ou distribuídos, dentro dos limites estabelecidos pela Legislação do Imposto de Renda vigente.

**CLÁUSULA 9ª - DO EXERCÍCIO SOCIAL:** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, o(s) administrador(es) prestará(ão) contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

**Parágrafo Primeiro:** A sociedade deliberará em reunião dos sócios devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002.

**Parágrafo Segundo:** Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.



**Parágrafo Terceiro:** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

**CLÁUSULA 10ª - DO FALECIMENTO DOS SÓCIOS:** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo Único:** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

**CLÁUSULA 12ª - DO FORO:** Fica eleito o foro da Comarca de Nova Friburgo - RJ para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

**CLÁUSULA 13ª DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO:** Os sócios declaram sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.


 



**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**  
**O. MAROTI INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA**

E por estarem assim justos e contratados, obrigam-se por si, seus herdeiros ou mesmo sucessores a cumprir fielmente este contrato que assinam em 01 (uma) via, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nova Friburgo – RJ, 19 de março de 2020

  
Octacilio Maroti

  
Leonardo Ribeiro Maroti



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

22210/23  
6 Fls: 11

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
RJP2000058636

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

O. MAROTI INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

11.572.577/0001-94

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

244 Alteração de atividades econômicas (principal e secundárias)  
232 Alteração do contabilista ou da empresa de contabilidade  
218 Alteração de correio eletrônico

Número de Controle: RJ92276165 - 11572577000194

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME

OCTACILIO MAROTI

CPF

278.803.897-68

LOCAL

DATA

23/03/2020

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 11.572.577/0001-94

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: O. MAROTI INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA

NIRE: 332.0998932-4 Protocolo: 06-2020/062330-3 Data do protocolo: 26/03/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/03/2020 SOB O NÚMERO 00003867139 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: EC1C0FC87360E79D4C7B297F40F26B362C3F0D304B17EFAF16514FFBAEC79700

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 7/7





## BOM CAFÉ ALIMENTAÇÃO CORPORATIVA

PROCESSO Nº: 22.210.2023  
RUBRICA: 011 - FOLHA: 12

### CONTRARRAZÕES RECURSAIS

Ilmo. Senhor Pregoeiro do Município de Nova Friburgo.  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2023

A empresa 44.558.285 MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, CNPJ 44.558.285/0001-56 através de sua representante MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, CPF 099.307.587-80, vêm apresentar contrarrazões de recurso conforme demonstrado abaixo.

#### DA TEMPESTIVIDADE E LEGISLAÇÃO APLICAVEL

A previsão legal encontra-se no § 4º do Art. 165 da lei federal 14.133/21 e item 17.6 do instrumento convocatório.

#### DAS CONTRARRAZÕES

No dia 15/08/2023 ocorreu em sessão pública o pregão na forma eletrônica nº 122/2023, onde a recorrida foi declarada habilitada no certame e vencedora do certame, ato contínuo, a recorrente apresentou a intenção de recurso a qual foi analisada e aceita pelo Ilustre pregoeiro.

O primeiro ponto a ser observado é que a recorrente está em outro mundo, fundamentando seu recurso nas normas jurídicas não presentes neste certame, ou seja, na lei federal 10.520/02 e dec. Federal 10.024/19, apenas por este motivo já seria o suficiente para o recurso não ser nem apreciado, porem esclareceremos as alegações.

#### **Quanto à alegação de a empresa estar enquadrada ou não com MEI, ME ou EPP.**

Esclarecemos que a recorrida está enquadrada como MEI e que não auferimos neste e no calendário fiscal anterior a receita para desenquadramento, fato este que poderá ser consultado no presente link, <https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21>.



## BOM CAFÉ ALIMENTAÇÃO CORPORATIVA

PROCESSO Nº: 22210-2023  
RUBRICA: 41 FOLHA: 13

**Consulta Optantes**

Data de consulta: 23-08-2023 10:07:52

Identificação do Contribuinte: CNPJ Meior

CNPJ: 44.563.235/0001-66

Atividade Econômica Principal do MEI: 44.13-04-00 - Comércio varejista de alimentos e bebidas preparados e cozidos de carne e de aves abatidas

Nome Empresarial: 44.563.235 MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO

Situação Atual:

Situação no Simples Nacional: Optante pelo Simples Nacional desde 10/12/2021

Situação no MEI: Enquadrado no MEI desde 10/12/2021

Atividade Econômica Secundária:

Participes Anteriores:

Optante pelo Simples Nacional em Participes Anteriores: Não Existem

Enquadramento no MEI em Participes Anteriores: Não Existem

Eventos Futuros (Simples Nacional):

Não Existem

Eventos Futuros (MEI):

Não Existem

**Validar** **Gerar PDF**

Como podemos observar a recorrida nunca deixou ou simulou não ser Microempreendedor individual.

Quanto a declaração assinada pela representante da recorrida, a recorrente usa de intenções obscuras para tentar ludibriar o Ilustre Sr. Pregoeiro e tentar leva-lo ao erro, pois é de conhecimento amplo que um microempreendedor individual (MEI) é EQUIPARADO com uma Microempresa (ME) ou uma Empresa de Pequeno Porte (EPP), na forma do Art. 43 da LC 123/06.

**Quanto à alegação da licença sanitária.**

Bem observado pela recorrente, a recorrida apresentou o documento de isenção de licença sanitária expedido pela vigilância sanitária municipal, arquivo denominado "26 isenção vigilância".



## BOM CAFÉ ALIMENTAÇÃO CORPORATIVA

PROCESSO Nº: 22240/2023  
RUBRICA: cp FOLHA: 14



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**  
**DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA**  
Rua Augusto Cardoso nº 62, Centro - Nova Friburgo/RJ CEP: 28610-050 Tel: (22) 2523-3058



### DECLARAÇÃO ISENÇÃO MEI 001-2023

DECLARO que: **Nome Empresarial: 44.558.285 MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO; CPF: 099.307.587-80; Nome Fantasia: BOM CAFE ALIMENTACAO CORPORATIVA; CNPJ: 44.558.285/0001-56; que:**

Microempreendedores Individuais (MEIs) estão dispensados da emissão do alvará e licenças de funcionamento para o início de suas atividades de acordo com a Lei da Liberdade Econômica - LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 e regulamentada pela Resolução nº 59/2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas (CGSIM).

Em cumprimento ao procedimento estabelecido pelo Comitê de Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM, por meio da Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, que concede ao Microempreendedor Individual - MEI autorização para início imediato de suas atividades após a conclusão do registro, dispensando o empreendedor de obter quaisquer outras autorizações prévias ao início da atividade.

Importante esclarecer que a dispensa de alvarás e licenças de funcionamento não desobriga o MEI de cumprir com os requisitos estabelecidos pelo poder público relativamente ao funcionamento regular de sua atividade, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos.

Nova Friburgo, 25 de abril de 2023.

  
**Humberto R. Delgado**  
**Coordenador da Divisão de Vigilância e Fiscalização Sanitária**  
**Mat. 207854**

Também foi apresentado o documento “24 - LICENÇA SANITÁRIA”, que por falta de observação da recorrente, trata-se da licença sanitária do veículo que irá transportar os materiais a serem entregues.

Nota-se que mais uma vez a recorrente omite documentos apresentados no presente certame, o veículo esta licenciado em nome do Sr. JUNIOR BRUNHOL DE ARAUJO, e que o mesmo tem um contrato de locação deste veículo a empresa recorrida, na forma do documento “CONTRATO DE LOCAÇÃO\_compressed” apresentado no presente certame.



## CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO

Entre:

**JUNIOR BRUNHOL DE ARAUJO**, casado, nacionalidade: brasileiro, profissão: administrador de empresas, carteira de identidade (RG) n.º 128824323, expedida por DETRAN-RJ, CPF n.º 054.400.217-28, residente em Rua João Cabral Sobrinho Quadra I Lote 2, Santo André, Nova Friburgo-RJ, doravante denominado **LOCADOR**,

e:

**MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO**, empresa registrada sob o CNPJ: 44.558.285/0001-56, localizada no endereço Rua João Cabral Sobrinho Quadra I Lote 2, Santo André, Nova Friburgo-RJ, representada neste contrato por sua sócia **MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO**, casada, nacionalidade: brasileira, profissão: administradora de empresas, carteira de identidade (RG) n.º 13417519-9, expedida por DETRAN-RJ, CPF n.º 099.307.587-80, residente em Rua João Cabral Sobrinho Quadra I Lote 2, Santo André, Nova Friburgo-RJ, doravante denominado **LOCATÁRIO**.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado, o presente contrato de locação de veículo, ficando desde já aceito pelas cláusulas e condições abaixo descritas.

### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

Por meio deste contrato, que firmam entre si o **LOCADOR** e o **LOCATÁRIO**, regula-se a locação do veículo FOX, modelo BlueMotion, Ano 2014, Com placa KYD-8392, e

Desta forma a recorrida atende a íntegra solicitada no instrumento convocatório.

Observa-se ainda que, a recorrente usa manobras legais para interesse próprios, ou seja, aqueles divergentes aos interesses públicos, usando os prazos recursais para protelar, tentar induzir um agente público ao erro, prova disto pode ser levantado pela CPL nos procedimentos que ela participa.

Neste sentido em uma decisão em decisão recente o TCU firmou o seguinte entendimento através do ACÓRDÃO 18557/2021 - SEGUNDA CÂMARA.

“9.3. alertar as empresas Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. e Link Card Administradora de Benefícios Eireli que movimentar a Administração Pública para a defesa de interesses predominantemente privados, em detrimento do interesse público que move o Tribunal de Contas da União, pode vir a configurar litigância de má-fé, a ensejar a aplicação da multa prevista nos arts. 80 e 81 do Código de Processo Civil, conforme assente no subitem 9.5 do Acórdão 611/2020-Plenário, relator o Ministro Raimundo Carreiro, tendo em vista a aplicação subsidiária, no



## BOM CAFÉ ALIMENTAÇÃO CORPORATIVA

PROCESSO Nº: 22.240/2023  
RUBRICA: 41 FOLHA: 46

Tribunal, das disposições advindas das normas processuais em vigor, art. 15 do CPC e art. 298 do Regimento Interno;”

Diante das contrarrazões aqui trazidas, entendemos ter cumprido a íntegra editalícia, motivo pelo qual temos plena certeza da manutenção de nossa habilitação.

### DOS PEDIDOS

DIANTE DO EXPOSTO, e considerando que a Administração saberá como proceder de forma a observar o fiel cumprimento da legislação, pela supremacia do interesse público e pelo princípio da legalidade e vinculação do instrumento convocatório, esta recorrente requer a manutenção de sua habilitação no presente procedimento, mantendo-nos como vencedores da disputa.

Caso o Sr. Pregoeiro optar por reformar sua decisão, nos inabilitando, requer que de forma fundamentada apresente seus motivos e remeta à autoridade superior para deliberação, disponibilizados posteriormente todas as fundamentações.

Termos em que,  
Pede Deferimento.

Nova Friburgo 23 de agosto de 2023.

MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO  
Sócia/Gerente


Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2023.

Processo Licitatório nº: 7.584/2023

Processo Recurso nº: 22.210/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a futura e eventual aquisição de PÃO CARECA 50 GRAMAS, para atender as necessidades das Secretarias Municipais, Subprefeituras e demais setores da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa O. MAROTI INDÚSTRIA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 31.108.146/0001-89, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei Federal n.º 14.133/21, do Art.º 165, Inciso I - "recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata" e Inciso II, § 4º - "O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso" e § 5º - "Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses". 

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 22.210/2023.





Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 15/08/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 7.584/2023, a empresa O. MAROTI INDÚSTRIA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 e 4.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

A empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO teria descumprido o item 13 do Edital "HABILITAÇÃO JURÍDICA", pois anexou documentação se declarando como MEI através do CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MIROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (ANEXADO AOS DOCUMENTOS NA FASE DE HABILITAÇÃO) e também TERMO DE CIÊNCIA DE RESPONSABILIDADE COM EFEITO DE DISPENSA DE ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO, que seria exclusivo para empresas na condição de MEI. Porém, a empresa através de outros documentos anexados, como o CARTÃO DE CNPJ, e DECLARAÇÃO DE ME/EPP, informa que é MICRO EMPRESA/ EMPRESA DE PEQUENO PORTE, deixando de usufruir das prerrogativas atribuídas a um MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL ou MEI. Assim sendo, ora a empresa apresenta documentos se dizendo MEI e ora apresenta



**Comissão de Pregão I**

documentos como ME/EPP. No caso de MEI a mesma estaria até isenta de apresentar o documento referente a dispensa de VIGILÂNCIA SANITÁRIA, porém como a mesma apresenta documentos se dizendo ME/EPP e manipula produtos de consumo humano como é o caso de pão, não teria como não seguir preceitos básicos de higiene que são cobrados a rigor por parte dos órgãos de vigilância sanitária para as empresas nessa condição.

Ressaltou, ainda, que a documentação de licença sanitária apresentada está em nome de JUNIOR BRUNHOL DE ARAUJO para o veículo KYD 8392 que não teria relação com o que a legislação exige, ou seja, a documentação teria de ser em nome da empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO.

Dessa forma, ao se comprovar que a empresa é MEI, a mesma deveria apresentar o cartão de CNPJ como MEI e não apresentar declaração de ME/EPP. Da mesma forma, teria que comprovar que não faturou o montante de R\$81.000,00 no exercício anterior.

Diante do exposto, requer a revisão do julgamento do Pregão Eletrônico 122/2023, com a INABILITAÇÃO da empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, uma vez que a documentação apresentada estaria irregular e em desacordo com os requisitos previstos no Edital. *RM*

**III. DAS CONTRARRAZÕES**

A empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, CNPJ 44.558.285/0001-56, alega que a recorrente fundamentou seu recurso em normas jurídicas não presentes no certame em tela, quais sejam: Lei Federal 10.520/02 e Decreto Federal 10.024/19.



**Comissão de Pregão I**

Esclareceu que a recorrida está enquadrada como MEI, fato este que poderá ser consultado no presente link, <https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21>.

Quanto à declaração assinada pela representante da recorrida, a recorrente estaria tentando levar o Pregoeiro a erro, pois seria de conhecimento amplo que um microempreendedor individual (MEI) é EQUIPARADO com uma Microempresa (ME) ou uma Empresa de Pequeno Porte (EPP), na forma do Art. 43 da LC 123/06.

Bem observado pela recorrente, a recorrida apresentou o documento de isenção de licença sanitária expedido pela vigilância sanitária municipal, arquivo denominado "26 isenção vigilância".

Também foi apresentado o documento "24 - LICENÇA SANITÁRIA", o qual se trata da licença sanitária do veículo que irá transportar os materiais a serem entregues. Nota-se que o veículo está licenciado em nome do Sr. JUNIOR BRUNHOL DE ARAUJO, que tem um contrato de locação com a empresa recorrida, na forma do documento "CONTRATO DE LOCAÇÃO\_compressed" apresentado no presente certame.

Dessa forma, a recorrida atenderia a íntegra solicitada no instrumento convocatório.

Diante do exposto, e considerando que a Administração saberá como proceder de forma a observar o fiel cumprimento da legislação, pela supremacia do interesse público e pelo princípio da legalidade e vinculação do instrumento convocatório, esta recorrente requer a manutenção de sua habilitação no presente procedimento. Caso o Sr. Pregoeiro optar por reformar sua decisão, requer que de forma fundamentada apresente seus motivos e remeta à



**Comissão de Pregão I**

autoridade superior para deliberação, disponibilizados posteriormente todas as fundamentações.

**IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO**

Podemos ratificar, por meio da documentação apresentada pela empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, o seu enquadramento como MEI, usufruindo do benefício de dispensa da emissão do alvará e licenças de funcionamento para o início de suas atividades de acordo com a Lei da Liberdade Econômica - LEI Nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 e regulamentada pela Resolução nº 59/2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas (CGSIM).

Já em relação à documentação de licença sanitária do veículo KYD 8392 não estar em nome da empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO, corroboramos que a recorrida apresentou um contrato de locação do veículo no qual JUNIOR BRUNHOL DE ARAUJO figura como locador.

Dessa forma, constatamos que a empresa MAGDA PINHEIRO DA SILVA ARAUJO apresentou todos os requisitos necessários à sua habilitação, mantendo-se como vencedora do certame.

**V. DA DECISÃO**

Isso posto, com fulcro no art. 165, inciso II, § 2º da Lei Federal n.º 14.133/21, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa O. MAROTI INDÚSTRIA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

PROCESSO Nº: 22.210/2023

RUBRICA: *Den* FOLHA: 22

### Comissão de Pregão I

LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 122/2023, e no mérito, NEGÓ PROVIMENTO.

Segue o mesmo para ciência e de acordo da autoridade superior, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 122/2023.

Nova Friburgo, 29 de agosto de 2023.

Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro – Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934



Nova Friburgo, 30 de julho de 2023

**Para:** Comissão de Pregão


**Origem:** Secretaria de Serviços Públicos

**Processo:** 22.210/2023

**Assunto:** Recurso

Cumprimentando-os cordialmente, após análise de todas as alegações apresentadas, contrarrazões, bem como a decisão proferida pela Comissão de Pregão, venho por meio deste apresentar concordância e encaminhar para prosseguimento.

Sem mais para o momento e sempre à disposição.

  
**Marcelo da Sila Pereira**  
Secretário Municipal de Serviços Públicos  
Matrícula nº 100.530